

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 522.386 - SP (2019/0211470-1)**

**RELATOR** : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**IMPETRANTE** : PAULO GIOVANNI DE CARVALHO  
**ADVOGADO** : PAULO GIOVANNI DE CARVALHO - SP338731  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LEANDRO PAULA VIEIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em favor de **LEANDRO PAULA VIEIRA**, contra r. decisão proferida pelo em. Desembargador Relator que indeferiu o pedido liminar na **Revisão Criminal n. 0013722-43.2019.8.26.0000**, em trâmite no eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado à pena de 6 (seis) anos, 2 (dois) meses e 20 (vinte) dias de reclusão pela suposta prática da conduta descrita no art. 157, § 2º, II, do Código Penal.

No presente **writ**, a Defesa reitera as alegações vertidas na citada revisão criminal ajuizada na origem. Sustenta, em síntese, nulidade das provas que ensejaram a condenação do ora paciente.

Aduz que, "*face à prova nova colhida em Justificação Criminal nº 1006802-85.2018.8.26.0286, comprovou-se que o reconhecimento realizado era nulo já que eivado pelo falso. Dissipa-se, assim, a justa causa anteriormente firmada pelo Judiciário, em duas instâncias, para a decretação e manutenção da prisão, para a execução de pena*" (fl. 14).

Requer, ao final, a concessão da ordem, inclusive liminarmente, para determinar a suspensão da execução penal exclusivamente quanto à pena imposta nos Autos n. 0008447-46.2010.8.26.0286, que foi imposta durante o processamento e julgamento da Revisão Criminal n. 0013722-43.2019.8.26.0000.

O pleito liminar foi **indeferido** pela Presidência às fls 112-113.

# Superior Tribunal de Justiça

As informações foram acostadas aos autos às fls. 118-172.

O Ministério Público Federal, às fls. 174-176, manifestou-se pelo não cabimento do **writ**, conforme parecer assim ementado:

*"HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE LIMINAR EM WRIT ORIGINÁRIO. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. TRÂNSITO EM JULGADO. AJUIZAMENTO DE REVISÃO CRIMINAL. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DA PENA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL QUE NÃO SE VERIFICA. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO DO WRIT."*

**É o relatório.**

**Decido.**

Pelo que se afere dos autos, o **habeas corpus** investe contra denegação de liminar. De fato, ressalvadas hipóteses excepcionais, descabe o instrumento heróico em situação como a presente, sob pena de ensejar **supressão de instância**.

A matéria inclusive se encontra sumulada: *"Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar"* - **Enunciado Sumular n. 691/STF**.

Com efeito, o em. Desembargador Relator apresentou os seguintes fundamentos para indeferir o pedido liminar, **verbis** (fls. 21-23):

*"Não há previsão legal para a concessão de liminar em revisão criminal, de sorte que deve ser indeferido o pedido para suspender a execução da pena.*

*Ademais, '(...) a revisão criminal não é dotada de efeito suspensivo. Portanto, o ajuizamento da revisão criminal não impede a execução imediata da sentença penal condenatória (ou absolutória imprópria) transitada em julgado, não assegurando ao acusado, por conseguinte, o direito de aguardar em liberdade o julgamento do pedido revisional.'* (Código de Processo Penal Comentado, Renato Brasileiro Lima, 2ª ed., Salvador: Juspodivm, 2017, p. 1.506).

*Saliente-se, ainda, que não se verifica manifesta ilegalidade na condenação do peticionário ao que se depreende, que foi mantida por este Tribunal (o requerente não juntou cópia do acórdão que julgou a apelação,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*mas apenas dos embargos de declaração). Vale dizer, não é caso de patente erro judiciário vislumbrado de plano, a ponto de justificar a concessão da medida, em caráter excepcionalíssimo.*

*Nota-se, ainda, a juntada de instrumento público de declaração da vítima, aparentemente, retratando-se, o que demanda análise acurada em cotejo com a prova produzida sob o crivo do contraditório, proceder apenas cabível com a juntada do feito principal.*

*No mais e por cautela, determino à zelosa serventia que providencie:*

- 1. o apensamento dos autos originários à presente revisão; e*
  - 2. a remessa da mídia contendo a nova prova E, como a aludida*
- Justificação Criminal tramitou via formato digital, prescindível o 'apensamento' pleiteado pelo requerente, porquanto é possível sua consulta pelo próprio SAJ.*

*Após, remetam-se os autos à d. Procuradoria Geral de Justiça."*

A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça firmou-se no sentido de que em casos de pedido liminar que traga em seu bojo pretensão claramente satisfativa, seu exame deve ser reservado para o julgamento de mérito, pelo órgão responsável pela análise da causa, após análise mais aprofundada dos dados constantes do processo, garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ilustrativamente:

**"AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO. ARTS. 288 E 317, § 1º, AMBOS DO CP, E ART. 1º, V E VII, DA LEI N. 9.613/1998, NA FORMA DO ART. 69 DO CP. NULIDADE. LIMINAR INDEFERIDA. QUESTÃO DE URGÊNCIA SATISFATIVA PELOS SEUS EFEITOS DEFINITIVOS. DECISÃO INDEFERITÓRIA DA LIMINAR QUE DEVE SER MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.**

**1. O fundamento que ampara a questão de urgência é o mesmo que ampara o mérito, assim requer o tema uma análise mais minuciosa, o que ocorrerá quando do julgamento definitivo deste habeas corpus.**

**2. Agravo regimental não conhecido." (AgRg no HC 361.071/SE, Sexta Turma, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, DJe 15/09/2016, grifei)**

**No caso**, o em. Desembargador Relator consignou que *"não há previsão legal para a concessão de liminar em revisão criminal"*, bem como que, ao exame preliminar, não vislumbrava o constrangimento ilegal indicado

# *Superior Tribunal de Justiça*

na impetração, motivo pelo qual determinou o processamento do feito, reservando a análise da **questão** para depois de sua instrução.

Não constato, portanto, a ocorrência de flagrante ilegalidade, capaz de ensejar o afastamento do óbice sumular acima mencionado, considerando que os argumentos da decisão combatida, **primo ictu oculi**, não se mostram teratológicos.

Nesse sentido tem decidido o Pretório Excelso: **HC** nº 103570, **Primeira Turma**, Rel. Min. **Marco Aurélio**, Rel. p/ acórdão Min. **Rosa Weber**, DJe de 22/8/2014; **HC** nº 121828, **Primeira Turma**, Rel. Min. **Dias Toffoli**, DJe de 25/6/2014; **HC** nº 123549 **AgR**, **Segunda Turma**, Rel.<sup>a</sup> Min. **Cármem Lúcia**, DJe de 4/9/2014.

No âmbito desta Corte Superior, cito as seguintes decisões monocráticas: **HC** nº 392.348/RO, **Sexta Turma**, Rel. Ministro **Nefi Cordeiro**; **HC** nº 392.249/PR, **Sexta Turma**, Rel. Ministro **Sebastião Reis Júnior**; **HC** nº 392.316/SP, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Ribeiro Dantas**; **HC** nº 391.936A decisão contra a qual se insurgem os impetrantes /SP, **Quinta Turma**, Rel. Ministro **Joel Ilan Paciornik**; **HC** nº 392.187/SP, **Sexta Turma**, Rel.<sup>a</sup> Ministra **Maria Thereza de Assis Moura**.

Ante o exposto, com fulcro no art. 34, inciso XX, e art. 210, ambos do RISTJ, **indefiro liminarmente** o presente **writ**.

P. I.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

**MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
Relator